

O IMPACTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO PERFIL DE MULHERES ASSENTADAS NA REGIÃO FRONTEIRIÇA

Cristóvão Domingos de ALMEIDA¹

Simone Barros OLIVEIRA²

Charles HOEPNER³

RESUMO: O propósito deste artigo é refletir sobre a economia solidária na região de fronteira, cidade de São Borja – RS, destacando a inclusão de mulheres nos empreendimentos solidários. As mulheres veem nesta ação, possibilidade concreta na geração de trabalho e renda, bem como a inclusão no mundo do trabalho. Aborda-se tais impactos e mudanças, principalmente para com as mulheres, uma vez que historicamente enfrentaram e enfrentam postos de trabalho precarizados. Para construção do trabalho foram revisitadas bibliografias, visitas in loco e observações. Para afirmar que a economia solidária, tornou-se fonte de renda às mulheres, é necessário abordar os desafios, os impactos e as atividades desenvolvidas nos grupos sociais que reúnem transformações a partir do trabalho e da geração de renda.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher. Trabalho. Economia Solidária.

Introdução

As configurações na qual se encontra o mercado de trabalho na atualidade vem tendo rebatimento direto nas relações sociais. O mesmo vem incorporando um papel cada vez mais dinâmico, porém seletivo e excludente, deixando de

¹ Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Cuiabá – MT – Brasil. Professor do curso de Publicidade e Propaganda e da pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea. cristovaoalmeida@gmail.com

² Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Bagé – RS – Brasil. Professora adjunta. Líder do Grupo de Pesquisa Educação, Direitos Humanos e Fronteira e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Diálogos do Pampa. simoneoliveira@unipampa.edu.br

³ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre – RS – Brasil. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. charles19922009@hotmail.com

fora do mercado formal de trabalho milhares de pessoas na faixa etária economicamente ativa, que, por sua vez buscam alternativas para sua sobrevivência, ingressando na informalidade e nas atividades laborais precarizadas (ANTUNES, 2013). E, essa inserção em espaços informais promove o processo de resistência ao sistema capitalista que se apresenta de modo a acentuar as desigualdades. Se para o conjunto da sociedade as condições de acesso ao trabalho formal é dificultado, acentua-se ainda mais com as mulheres. Elas se apresentam como um dos segmentos sociais marginalizadas e, que sofrem com o impacto das transformações contemporâneas, ou seja, elas historicamente sempre estiveram aquém dos homens e mesmo que ocupem os mesmos cargos no mundo do trabalho, o rendimento mensal é inferior.

Por sua vez, a economia solidária se tornou, nos dias atuais, alternativa expressiva de sobrevivência para famílias marginalizadas e excluídas do processo formal de trabalho. Por ser uma forma diferenciada de geração de trabalho e renda vem ganhando espaço no cenário nacional de enfrentamento e resistência ao desemprego e a pobreza. Nesse contexto de mudanças e inserção as novas esferas produtivas, é espaço fértil para os processos criativos, com possibilidades de emancipação e de protagonismos para as mulheres.

Elencada as considerações introdutórias a respeito do assunto, neste artigo, pretendemos discutir a representatividade da economia solidária dentro do município de São Borja/RS, região do pampa gaúcho e que faz fronteira com a Argentina. O debate gira entorno da geração de trabalho e renda para as mulheres, segmento social bastante prejudicado pelas mudanças conjunturais do capital, ainda mais por estarem localizadas a 600 quilômetros da capital gaúcha e também na cidade que é a terceira maior produtora de arroz do sul do país, isto é, como lidar com a economia solidária em meio ao agronegócio que produz em grande quantidade um produto na cadeia alimentar, por sua vez, não têm compromissos com a preservação com às margens dos rios e usam abusivamente de produtos tóxicos.

Somando-se a proposta inicial, que traz a economia solidária como alternativa a todos os sujeitos que se encontram excluídos do mercado formal de trabalho, bem como aqueles que sofrem as novas refrações da questão social⁴, e especialmente evidenciando a questão da mulher dentro dos espaços da economia solidária, como espaço de inserção dentro dos empreendimentos econômicos

⁴ Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2009, p.27).

solidários, com base nos dados obtidos na plataforma digital do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

O trabalho está dividido em duas dimensões. A primeira delas, discute a configuração em que se encontra a categoria trabalho na atualidade, apresentamos uma reflexão a respeito de como o mercado de trabalho interfere diretamente na relação entre os sujeitos. A segunda dimensão traz as configurações da economia solidária no município de São Borja, dando atenção especial à inserção das mulheres dentro dos empreendimentos econômicos solidários, trazendo a contribuição de um projeto de extensão desenvolvido diretamente com as mulheres assentadas em uma comunidade rural do município de São Borja/RS.

Noções da categoria trabalho

A Revolução Industrial, momento importante de transição do feudalismo para o capitalismo concorrencial, teve, dentre outras consequências, a ampliação da produção por meio do processo expansivo de industrialização, e por sua vez a necessidade de ampliar a mão-de-obra nos meios de produção. Sendo assim, houve a exigência de que deveria se ter maior número de trabalhadores nas fábricas, sem regulação do tempo de trabalho. Por isso, em alguns registros históricos, há informação de que esses trabalhadores passavam até dezesseis horas desenvolvendo as atividades laborais. Com o surgimento da máquina a vapor, criou-se a necessidade de trabalhadores habilitados para operá-las. Nesse momento há a contratação de trabalhadores com funções específicas, capaz de observar e manter atenção para realizar as funcionalidades dos equipamentos, ou seja, as mulheres passaram a ingressar no campo de trabalho, muito em função da dedicação, atenção e zelo, mas mesmo assim, a sua jornada era igual à dos homens, e, muitas vezes, elas tinham que levar as crianças para o ambiente de trabalho, mas mesmo assim, a carga horária era exaustiva e os salários relativamente inferiores (TEIXEIRA, 2008) aos dos homens.

Essa realidade ainda continua presente nos dias atuais, considerando que muitas vezes às mulheres têm as mesmas funções ou até escolaridade superior em relação aos homens. Essa situação se acentua mais em relação às mulheres negras e oriundas das classes populares. Como diz Antunes (2013, p.14) o sistema atual:

[...] nos obriga a compreender que as formas vigentes de valorização do valor trazem embutidos novos mecanismos geradores de trabalho excedente, ao mesmo tempo que expulsam da produção uma infinidade de trabalhadores que se tornam sobrantes, descartáveis e desempregados.

Dessa forma, as mulheres encontram nesse processo, algumas além de desvalorizadas são facilmente descartadas. Para superar e resistir, elas visualizam as oportunidades e o seu próprio protagonismo para se inserirem diretamente nos meios de produção. Em sentido geral, elas encontraram historicamente no mercado de trabalho o obstáculo da inferiorização com relação aos homens. Isso porque houve também a erosão do trabalho contratado, ou seja, foram substituído por formas de trabalho precarizado e voluntário (ANTUNES, 2013). Outra situação, foram as criações de falsas cooperativas que contribuíram fortemente para ampliar os processos de exploração da força do trabalho e também os chamados empreendedorismo, para Antunes (2013, p.21), “[...] se configura cada vez mais como forma oculta de trabalho assalariado e multiplica as distintas formas de flexibilização de horário, salarial, funcional ou organizativa.”

É nesse quadro, exigências de desmonte de postos de atividades laborais, exploração da força vital do trabalho, as desigualdades e marginalização da mulher no mundo do trabalho foram e estão muito latentes, tanto no que diz respeito a destruição dos direitos sociais que foram arduamente conquistados pela classe trabalhadora, e, nos dias atuais, com a proposta da nova previdência social no Brasil, aniquila por completo os trabalhadores e não se garante a totalidade, por exemplo, da aposentadoria e se olhar essa proposta para as mulheres rurais não se vislumbra autonomia e nem processo de melhorias de condições de vida (SIMÕES, 2011).

No entanto, uma vez que essas mulheres começam a se inserir no mundo de trabalho, também vão sofrer com os processos excludentes e seletivos⁵, como as exigências de qualificação através da formação continuada, e a disputa desenfreada por espaços dentro do mundo de trabalho com os homens e outras mulheres. Para Antunes (2013, p.23)

[...] parece exprimir muito mais uma nova condição de assalariamento no setor de serviços, um novo segmento do proletariado não industrial, sujeito à exploração de seu trabalho, desprovido do controle e da gestão de seu labor, e que cresce de maneira exponencial desde que o capitalismo delançou a chamada era das mutações tecnológico-informacional-digitaís.

Sendo assim, muitas mulheres não encontram espaço dentro do trabalho formal e buscam por alternativas frente as suas necessidades mais urgentes, a sobrevivência, a manutenção dos filhos e a busca por qualidade de vida. Vale ressaltar que a renda importa e,

⁵ Para maiores informações, consultar Antunes (2011).

[...] uma característica do precariado não é o nível de salários em dinheiro ou de rendas auferidas em qualquer momento específico, mas a falta de apoio da comunidade em momentos de necessidade, a falta de benefícios assegurados da empresa ou do Estado e a falta de benefícios privados para complementar ganhos em dinheiro. (STANDING, 2015, p.30).

Nessa conjuntura, as pessoas não se sentem parte de uma comunidade trabalhista, intensifica-se a partir de um sentimento de estar fora, de não servir, ou quando servem são usados pelos oportunistas, sem nenhum compromisso com o futuro dos trabalhadores.

Sendo assim, a economia solidária se torna uma possibilidade de inserção das mulheres que se sentem desconfortáveis com essas ações de descarte, desemprego, sub-emprego, com a precarização (ANTUNES, 2011), uma vez que essas realidades inferiorizam a força vital do trabalho (KAMPER, 1998), desconsiderando o objetivo da igualdade nas relações, dos direitos cidadãos. E, a economia solidária preconiza a democracia em todos os processos, incluindo a dimensão do planejamento das ações coletivas, do saber falar e ser ouvido durante antes, durante e após as lidas diárias.

É preciso que se considere a valorização da força de trabalho e da participação desses sujeitos dentro dos processos decisórios dos empreendimentos ao qual fazem parte. A mulher encontra na economia solidária uma alternativa de geração de trabalho e renda, no entanto, como muitos grupos não garantem a estabilidade desejada, quando surgem propostas de emprego formal elas optam por deixar os empreendimentos (NUNES, 2009).

Após a III Revolução Industrial o mundo do trabalho sofreu por árduas transformações, onde se evidenciou uma maior precarização do trabalho e um aumento significativo do trabalho informal e desregulado. Os trabalhadores na atualidade enfrentam situações que perpassam a antiga ideia religiosa de que “o trabalho dignifica o homem”, pois encontram em seus postos de trabalho cada vez mais exigência e ao mesmo tempo precarização realizando-se, um processo de dicotomia. Esse processo é discutido por Antunes (2011) ao refletir que:

[...] Trata homens e mulheres que vivem do trabalho; torna-se predatória a relação produção/natureza, criando-se uma monumental “sociedade do descartável, que joga fora tudo que serviu de “embalagem” para as mercadorias e o seu sistema, mantendo-se, entretanto, o circuito reprodutivo do capital. (ANTUNES, 2011, p.191).

Evidencia-se alguns processos prejudiciais que o capitalismo está causando na vida das pessoas, ou seja, se antes cada homem ou mulher desempenhava uma função dentro da sociedade, do mercado de trabalho, hoje é tratado como bem lembra Antunes (2011) como um sujeito “descartável”, onde o sujeito não se reconhece no seu processo de trabalho. O que se deve ter claro é o cuidado para que dentro dos empreendimentos econômicos solidários não haja a exploração e trabalho precarizados, e, nem hierarquia centrada na burocracia e nas distribuições de tarefas desconsiderando o planejamento estratégico, as decisões coletivas. Ou seja, a economia solidária deve preservar um dos seus propósitos: a autogestão, ou seja, que os integrantes que compõem o coletivo devem participar ativamente da elaboração e também das tomadas de decisões relacionadas ao empreendimento.

Vive-se hoje um contexto de mercantilização dos direitos sociais, onde o mercado e o seguimento rentista do grande capital, pressionam as instituições públicas e, em muitas situações assumem a função do Estado, no que diz respeito a execução das políticas oriundas aos direitos. Como diz, Martins (2007, p.32) “[...] a sociedade capitalista desenraíza, exclui, para incluir, incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica.”

O que se problematiza é justamente a que preço esses sujeitos são incluídos. Ou seja, a proposta da economia solidária é incluir esses excluídos em um outro plano, num modo de trabalho coletivo, em que se respeita a realidade das pessoas, o viver, a forma de pensar, de se doar no trabalho, sem exploração, e, sim com o compromisso de valorizar a força vital do trabalhador. Desse modo, tudo influência, por exemplo, a desresponsabilização do Estado que está cada vez mais latente e que o acesso da maioria da população a esses direitos está limitado, burocratizado e seletivo. Essa realidade é oriunda das ações do ideário neoliberal⁶ que precariza e até mesmo elaboram Leis para restringir e retirar os direitos sociais, como está ocorrendo no Brasil, com a proposta em tramitação no Congresso Nacional sobre a Previdência Social.

Percebe-se esse resultado principalmente nas políticas de saúde e educação, em que a partir da década de 1990, aprova-se a criação desenfreada de cursos superiores privados e amplia os planos privados de saúde em detrimento do SUS. A partir disso, cria-se novamente um processo de exclusão, isto é, só acessam esses serviços as pessoas que dispõem de recursos financeiros.

⁶ Segundo Netto e Braz (2009, p.226, grifo do autor) “O que se pode denominar *ideologia neoliberal* compreende uma concepção de homem (considerado atomisticamente como possessivo, competitivo e calculista), uma concepção de sociedade (tomada como um agregado fortuito, meio de o indivíduo realizar seus propósitos privados) fundada na ideia da *natural e necessária desigualdade* entre os homens e uma noção rasteira da liberdade (vista como função da liberdade de *mercado*)”.

No mundo do trabalho essa realidade não é diferente, uma vez que os empregos formais estão exigindo cada vez mais qualificação dos trabalhadores, colaboradores, linguagem bastante usada pelas Organizações. Com isso, uma parcela da população buscam alternativas em trabalhos informais, terceirizados, cooperativas e empreendimentos solidários. Com a inovação tecnológica esse quadro se intensifica, pois, muitos trabalhadores são substituídos por máquinas contribuindo para o aumento da massa de trabalhadores desempregados e excluídos do sistema formal de trabalho. Com base nisso Antunes (2011, p.198, grifo do autor) afirma que:

[...] Criou-se, de um lado, em escala minoritária, o trabalhador “*polivalente e multifuncional*” da era informacional, capaz de operar com máquinas com controle numérico e de, por vezes, exercitar com mais intensidade sua dimensão mais intelectual. E, de outro lado, há uma massa de trabalhadores precarizados, sem qualificação, que hoje está presenciando as formas de *part-time*, emprego temporário, parcial, ou então vivenciando o desemprego estrutural.

Verifica-se que uma pequena parcela da população dos trabalhadores com a inovação tecnológica que engloba a era dos computadores, da robótica e da internet, consegue desempenhar um trabalho que exige maior esforço intelectual, mas a grande questão concentra-se na massa de trabalhadores sobranes (MARTINS, 2007) que não estão aptos e preparados para exercer essas atividades. Como consequência, as funções desempenhadas antes, tornam-se cada vez mais fragmentadas reduzindo ainda mais os salários já desvalorizados.

Representatividade da Economia Solidária no município de São Borja/RS: o impacto no perfil da mulher assentada

Com o modelo vigente que reforça a competitividade, a transitoriedade, não há lugar principalmente na formalização do trabalho, acesso para todos os sujeitos economicamente ativos, acarretando que as pessoas busquem alternativas de trabalho para se manter e sobreviver. Nesse sentido, a Economia Solidária é, atualmente, uma dessas alternativas.

Considera-se que a economia solidária tem seu (re)surgimento no ápice da Terceira Revolução Industrial ou reestruturação produtiva, época em que o capitalismo passou por uma transformação do modelo “rígido” para o “flexível”, e traz como proposta aos operários que se encontravam desempregados uma

nova alternativa de emancipação social e econômica. Ela traz como uma de suas propostas a autogestão⁷, que serviria para acalantar a conturbada relação entre os operários e seus patrões, em que os operários de forma organizada, através de cooperativas, e até mesmo associações poderiam ter autonomia de controlar e gerenciar o seu trabalho (SINGER, 2002).

Para entender melhor o que é a economia solidária e quais suas características, recorre-se a definição do MTE (BRASIL, 2015). Nos documentos desse órgão intitucional, que lida com as questões do trabalho e emprego, afirmam que a Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem.

Como se observa, a ideia central é o bem comum. Por isso, a economia solidária tem entre seus objetivos dar maior visibilidade aos trabalhadores que se organizam coletivamente e que não conseguem se inserir no mundo formal de trabalho, ou seja, objetiva-se reconhecer todas as pessoas que não conseguem ser vistas enquanto sujeitos no mundo capitalista. Dessa forma, baseando-se nesses objetivos da economia solidária, as mulheres, comumente excluídas dos processos produtivos, podem encontrar nos empreendimentos econômicos solidários oportunidades para recomeçar e reconstruir as suas vidas a partir da sua força vital, sempre apoiadas no planejamento e nas ações coletivas. De maneira organizada e utilizando os princípios da cooperação, buscam a sua emancipação socioeconômica e a sua articulação política. Com essa liberdade organizativa, as práticas da economia solidária estão ganhando adeptos de forma crescente, destacando a inserção da mulher dentro dos espaços, entre os grupos de geração de trabalho e renda. Como forma de resistência as refrações da questão social e como maneira de garantir os direitos sociais, essas mulheres procuram se inserir nesses grupos enquanto protagonistas e com participação ativa no processo.

Tendo em vista esse cenário e visando problematizar essa realidade, a Universidade Federal do Pampa, por meio do curso de Serviço Social, criou o projeto de Extensão “Economia Solidária: trabalho e renda solidária com Mulheres Assentadas”. O projeto teve como objetivo promover espaços de formação através de ações de capacitação e cooperação para as mulheres na perspectiva de geração de trabalho e renda autogestionária com respeito ao meio ambiente de forma coletiva e democrática, pautadas nos princípios da Economia Solidária. Esse projeto foi criado para trabalhar diretamente com um grupo de

⁷ Singer (2002) afirma que a empresa autogestionária é aquela que se administra democraticamente com a participação de todos os sócios visando um melhor desenvolvimento da empresa.

mulheres assentadas da Comunidade Rural de São Marcos, localizada no interior do município de São Borja, no estado do Rio Grande do Sul.

A comunidade consiste em um espaço que predomina a agricultura familiar, sendo que essa prática é constituída por pequenos e médios produtores e representa a imensa maioria de produtores rurais do Brasil. São cerca de 4,5 milhões de estabelecimentos, dos quais 50% no Nordeste. O segmento detém 20% das terras e responde a 30% da produção global. Em alguns produtos básicos da dieta do brasileiro como o feijão, arroz, milho, hortaliças, mandioca e pequenos animais chega a ser responsável por 60% da produção. Os produtores da comunidade produzem a maioria desses alimentos já citados, principalmente hortaliças, além de produtos de fabricação caseira como ambrosia, doce de frutas em calda além de queijo e outros produtos bastante consumido na culinária gaúcha.

Em geral, são pequenos agricultores, com baixo nível de escolaridade e diversificam os produtos cultivados para diluir custos, aumentar a renda aproveitar as oportunidades de oferta ambiental e disponibilidade de mão-de-obra. Guanzioli *et al.* (2001) ressalta que o próprio segmento de produtores rurais familiares subsistindo dentro e nas bordas do latifúndio foi duramente atingido pelas políticas de modernização de viés industrial e pela ausência e/ou insuficiência de políticas voltadas para apoiar, consolidar e expandir a produção da agricultura familiar, em particular programas de reformas agrárias, crédito, pesquisa e assistência técnica.

As dificuldades com relação ao apoio do Estado para a agricultura familiar pode resultar dentre outras coisas em uma produção estagnada, com quantidades significativamente baixas o que impede por vezes que esses pequenos agricultores consigam concorrer com grandes produtores no que diz respeito a distribuição de alimentos em espaços tanto públicos quanto privados.

Tendo em vista que as exigências para que esses produtores possam se enquadrar no fornecimento de alimentos para prefeituras ou outros órgãos são significativas, é necessário muitas vezes que os mesmos se unam através de associações ou cooperativas para concorrer a editais e agregar valor a seus produtos. Desse modo, a Comunidade Rural de São Marcos criou uma associação de produtores, visando regularizar a produção em comum, planejar e aperfeiçoar a esfera produtiva para conquistar novos espaços de comercialização.

Essa dinâmica organizativa ocorre no município de São Borja que se localiza na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, e vem sofrendo diretamente com o desemprego estrutural, o qual é resultado dessas transformações, e vê na economia solidária, nos empreendimentos cooperados, alternativas para amenizar tal

problemática. Atualmente o município conta com 8 empreendimentos mapeados, sendo 4 formais e 4 informais (IPEA, 2004). O primeiro empreendimento surgiu ainda na década de 1980 e eles se encontram em sua maioria na zona rural. A principal justificativa de surgimento foi buscar formas e modelos de organização produtiva que permitisse a permanência do trabalhador no campo e também a qualificação dessas pessoas e logo em seguida, melhorando a renda desses trabalhadores para viverem dignamente nas comunidades rurais, com isso, supera o êxito rural, minimiza o desemprego, indo em contraponto com a realidade estadual, que por sua vez, apresenta como principal motivo do surgimento a obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo.

Um fato importante é em relação a questão de gênero, tendo em vista que no município de São Borja a maioria dos associados são homens sendo esses 139, contando com 90 mulheres. Esse dado confirma que a desigualdade de gênero nesses espaços ainda está presente. Com relação ao papel da mulher dentro do mundo do trabalho não pode ser esquecido que o capital só se fortaleceu porque elas ingressaram dentro desses espaços. Conforme apresenta Nogueira (2008, p.53):

[...] No contexto das primeiras etapas do processo de industrialização no Brasil, dada a necessidade dos custos de produção pelo capitalismo, a substituição da força de trabalho masculina pela feminina foi realizada com muitos benefícios para o capital, especialmente pela baixa remuneração oferecida à mulher. Não foi por acaso que a industrialização se desenvolveu no Brasil utilizando-se prioritariamente do trabalho feminino (e infantil).

A mulher sempre foi uma alternativa fácil de exploração para o capitalismo, primeiro porque era considerada mão-de-obra barata e segundo porque muitas vezes por precisarem do emprego para sobreviver aceitavam e ainda aceitavam as condições desiguais e desumanas de trabalho. Nos empreendimentos econômicos solidários elas encontram, muitas vezes, um espaço de valorização de seu trabalho, que vai perpassar da produção à comercialização, exercendo várias atividades na rotina produtiva. Em São Borja, uma dos ramos de trabalho mais desenvolvidos é o artesanato, atividade essa que conta com mais mulheres. Inclusive existe uma cooperativa chamada de “favos do sul”, produção de mel, que utiliza os princípios da economia solidária e têm produtos comercializados no exterior. Dentro desses grupos, elas buscam mais igualdade salarial e participação nas decisões do empreendimento, além de romper também com a dependência do marido que muitas vezes são consideradas “dependentes” e até

mesmo com potencialidade de promover o resgate da sua autonomia e do seu papel social.

No Brasil foram mapeados, de acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) 21.859 empreendimentos de economia solidária, salientando que as atividades destes são das mais variadas formas, sendo as atividades relacionadas à agricultura como as mais presentes nesses empreendimentos evidenciando, ainda, que sua maior concentração se encontra no meio rural (10.513). Salienta-se que um terço dos empreendimentos existentes (7.978) encontram-se na informalidade e que 13.392 empreendimentos declararam ter dificuldades na comercialização e outros serviços.

No que se refere ao estado do Rio Grande do Sul esse número é de 3.583 empreendimentos mapeados. E no município de São Borja, onde se localiza Instituições de ensino superior público, que conta também com curso profissionalizante foram mapeados 8 empreendimentos solidários, sendo que a metade deles está na informalidade. Destaca-se que no município a participação das mulheres com relação aos homens ainda é relativamente menor, mas isso pode se dar muitas vezes, pelo fato de que em algumas famílias mapeadas são os homens que respondem pela chefia e poder de fala da família. Mesmo assim, nos empreendimentos solidários, as mulheres encontram oportunidade de reconhecimento, poder de decisão, produção, criatividade, autonomia, liberdade para empreender e estratégias de comercialização. Situações que refletem profundamente em sua auto-estima e nas suas relações socioculturais.

Com base nessa realidade, o projeto de extensão “Economia Solidária: trabalho e renda solidária com Mulheres Assentadas” buscou trabalhar o protagonismo da mulher, que permitiu um espaço de valorização bem como de promoção do trabalho realizado pelas mulheres pertencentes a Comunidade Rural de São Marcos, local onde se desenvolvem as ações do referido projeto, além do fortalecimento dos valores de cooperação e de autonomia. Segundo elas, a participação coletiva, o poder de decisão, a conquista de espaços e a melhoria nas relações e auto-estima foram possibilitadas pelas ações do empreendimento solidário. Para além disso, com o projeto as mulheres foram as protagonistas dos debates, de maneira a problematizar a realidade social, elencando os principais limites, os impactos ocasionados na realidade cotidiana das mulheres e as principais possibilidades do trabalho com princípios da Economia Solidária, dentre eles, a participação, o engajamento e as trocas solidárias, valores que se manifestam nas dinâmicas organizacionais, que certamente podem transpor para as demais situações da vida privada e pública.

Conclusão

Esse trabalho teve como proposta evidenciar e discutir a economia solidária como alternativa de inserção dos trabalhadores excluídos do mercado capitalista, a novas práticas de geração de trabalho e renda, evidenciando essa inserção nos empreendimentos socioeconômicos solidários. Elaboramos uma análise dos dados obtidos por meio da plataforma do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), percebemos que as mulheres estão encontrando na economia solidária uma possibilidade de ingresso ou até mesmo reingresso ao mundo do trabalho por meio dos grupos de geração de trabalho e renda. Procuramos mostrar as exigências para com o trabalhador que surgiram com a nova configuração do mundo do trabalho, bem como seus impactos, que tende a substituir a força de trabalho por máquinas ou de trazer ações mais fragmentadas que acarretam na diminuição dos salários e impossibilitam muitas vezes a realização do fazer profissional.

Foram apresentados os dados do atual contexto do trabalho no município de São Borja/RS, destacando a acentuada diferença no acesso ao mundo de trabalho no que se refere à relação de gênero.

Com a discussão proposta por esse estudo observamos que embora as mulheres estejam cada vez mais partícipes nos empreendimentos econômicos solidários ainda é grande a disparidade nos índices de inserção e valorização da sua força vital. A grande discussão que se faz é a respeito de até quando será tolerada essas disparidades salariais entre homens e mulheres, e se a economia solidária dá a estabilidade necessária para que as mulheres permaneçam dentro dos empreendimentos e evitem a evasão e o retorno à procura por melhores condições de emprego dentro do mercado concorrencial capitalista.

Para além disso, este estudo exemplificou a importância da ação extensionista na comunidade rural e a relevância da mesma enquanto reatamento na vida dos sujeitos participantes do processo. Destacamos que essas ações ainda iniciais e que esse campo ainda emana de uma série de questões que devem ser problematizadas e valorizadas para garantir autonomia às trabalhadoras.

THE IMPACT OF SOLIDARITY ECONOMY ON THE PROFILE OF WOMEN BASED IN THE BORDER REGION

ABSTRACT: *The purpose of this article is to reflect on solidarity economy in the border region, city of São Borja - RS, highlighting the inclusion of women in solidarity projects.*

Women see in this action, concrete possibility in the generation of work and income, as well as inclusion in the world of work. Such impacts and changes are addressed, especially towards women, as they have historically faced and faced precarious jobs. For the construction of the work, bibliographies, on-site visits and observations were reviewed. To affirm that the solidarity economy has become a source of income for women, it is necessary to address the challenges, impacts and activities developed in social groups that bring together transformations from work and income generation.

KEYWORDS: *Woman. Work. Solidarity Economy.*

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 15.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **O que é Economia solidária**. Brasília: MTE, 2015. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria/o-que-e>. Acesso em: 12 abr. 2018.

GUANZIROLI, C. E. *et al.* **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamod, 2001.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 16.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IPEA. **Mercado de trabalho: conjuntura e análise**. Brasília: IPEA: MTE, 2004.

KAMPER, D. **O trabalho como vida**. São Paulo: Annablume, 1998.

MARTINS, J. de S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 2007.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NOGUEIRA, C. M. O trabalho feminino e as desigualdades no mundo produtivo do Brasil. *In*: SILVA, Maria Ozanira Silva e; YASBEK, Maria C. **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. 2.ed. São Paulo: Cortez; São Luís: FAPEMA, 2008. p.52-72.-

NUNES, D. **Incubação de empreendimentos de economia solidária: uma aplicação da pedagogia da participação.** São Paulo: Annablume, 2009.

SIMÕES, C. **Curso de Direito do Serviço Social.** 5.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SINGER, P. **Introdução à Economia solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

STANDING, G. **O precariado: a nova classe perigosa.** Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

TEIXEIRA, S. M. **Envelhecimento e trabalho no tempo do capital: implicação para a proteção social no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2008.

Recebido em 10 de abril de 2019

Aprovado em 20 de junho de 2019